

2.3. A Resistência das Democracias Liberais

Os Estados democráticos reagiram de forma diferente à crise económica e à agitação social dos anos 30. Ao contrário da Itália, da Alemanha, de Portugal e de Espanha que, nas décadas de 20 e 30, se tornaram regimes conservadores e autoritários, os E.U.A., a Inglaterra e a França (países de maiores tradições democráticas) mantiveram os seus regimes democráticos, optando por uma procura de consensos políticos entre os partidos de esquerda e de direita, e por uma maior intervenção do Estado no campo económico e social, aplicando os ideais do Welfare State.

Welfare State (Estado Providência): Estado em que o bem-estar dos cidadãos é conseguido pelos esforços do Governo no campo da segurança social, tendo um papel activo na economia. Os seus defensores apoiavam-se nas teorias de **John Keynes**, segundo as quais o Estado se devia tornar patrão, criando empregos através de políticas de obras públicas, ao mesmo tempo que aplicava reformas sociais de apoio aos desempregados e trabalhadores pobres. O Estado transformava-se assim no Estado-Providência que promovia a segurança social de modo a garantir a felicidade, o bem-estar e o aumento do poder de compra dos cidadãos, como forma de garantir uma maior justiça social e de promover o próprio crescimento económico.

1. O caso dos Estados Unidos da América com o «New Deal»

O presidente Roosevelt para salvar o país da crise económica, opta pelo intervencionismo do Estado na economia (**Welfare State**), pondo em prática o **New Deal** (Nova Distribuição Económica), que consistiu numa série de medidas económicas e sociais que procuravam relançar a economia e lutar contra o desemprego e a miséria.

Principais medidas aplicadas:

- * **lançamento de grandes obras públicas** - combate ao desemprego através de construção de estradas, pontes, vias -fêrreas, barragens, habitações, escolas, hospitais (novos postos de trabalho e infraestruturas económicas) ;
- * **protecção à agricultura** - empréstimos bonificados aos agricultores e indemnizações para os compensar pela redução das áreas cultiváveis;
- * **protecção à indústria** - fixação de preços mínimos e máximos de venda;
- * **mediadas de carácter sociais, como:**
 - * redução do horário de trabalho para 44h semanais;
 - * salário mínimo;
 - * auxílio aos pobres e aos desempregados;
 - * reforma por velhice e invalidez;
 - * direito à greve e liberdade sindical.

O New Deal ajudou a ultrapassar a situação de crise e permitiu o relançar da economia americana, salvando o sistema capitalista ameaçado e a democracia americana.

O caso da Grã-Bretanha com os Governos de «União Nacional»

Também se verificou o convívio democrático entre o Partido Conservador e o Partido Trabalhista que alternaram no poder e que criaram **governos de «união nacional»** (conservadores, liberais e trabalhistas) que intervieram, moderadamente, na economia visando a recuperação económica e uma maior justiça social.

O **Estado Providência** instituiu-se através de uma vasta legislação social de apoio aos mais desfavorecidos:

- * subsídios de desemprego, de viuvez, de orfandade e de velhice;
- * legislação sobre habitação social (construção de bairros de renda económica para operários com casas equipados com água, instalações sanitárias e electricidade).
- * direito a férias pagas.

Assim, se conseguiu recuperar o país da crise económica e manter o regime democrático, ameaçado pelos radicalismos de direita e de esquerda.

O caso da França com a «Frente Popular»

As forças de direita e de esquerda souberam conviver democraticamente, alternando entre si o poder político e formando vários governos de unidade nacional que fizeram frente à extrema direita que crescia não só internamente, mas também externamente, na vizinha Alemanha.

Nas eleições de 1936, os socialistas ganharam as eleições e formaram um governo de coligação de esquerda, a **Frente Popular** que obteve o apoio dos comunistas e dos radicais. Este governo de coligação tinha como objectivo prioritário sustentar o avanço do fascismo em França e resolver a grande conflituosidade social que existia em França, com sindicatos muitos activos que lutavam pelos direitos dos seus associados. A sua grande figura foi o socialista **León Blum**.

Foram os vários governos da Frente Popular que aplicaram um importante e avançado programa de reformas sociais, no âmbito do Estado Providência, tais como:

- * obrigatoriedade de celebração de contratos colectivos de trabalho;
- * liberdade sindical;
- * subida de salários
- * 40h de trabalho semanal;
- * mínimo de 15 dias de férias anuais pagas.

O caso da Espanha: a curta experiência da «Frente Popular»

Em 1931 foi implantada a República e, em 1936, foi eleita em Espanha a **Frente Popular**, com o apoio dos socialistas, comunistas, anarquistas e sindicatos operários. Esta coligação iniciou uma política de reformas socializantes, como:

- legalização do direito à greve;
- leis a favor do aumento de salários;
- leis que permitiam a ocupação de terras não cultivadas e das fábricas mal geridas;
- separação da Igreja do Estado.

Estas medidas desencadearam a oposição das forças mais conservadoras que se uniram na **Frente Nacional** (Igreja, monárquicos, conservadores, fascistas) dirigida pelo General Franco. Estes, partindo de Marrocos, pegaram em armas contra a República, desencadeando uma sangrenta **guerra civil** que opôs, entre si, Republicanos e Franquistas/Nacionalistas.

A vitória dos Franquistas levou ao poder o ditador Francisco Franco que instaurou um governo ditatorial, fascista e corporativo. Acabou assim a experiência democrática da Frente Popular em Espanha e levou este país a juntar-se às outras ditaduras que já então dominavam a Europa.